

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

VIVÊNCIAS DE USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS COMO SER
DANÇANTE

Bolsista: Leila Márcia Azevedo Nunes, Fapeam

MANAUS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0038/2015
VIVÊNCIAS DE USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS COMO SER
DANÇANTE

Bolsista: Leila Márcia Azevedo Nunes, Fapeam
Orientadora: Profa. Msc. Lionela da Silva Corrêa

MANAUS
2016

VIVÊNCIAS DE USUÁRIOS DE CADEIRA DE RODAS COMO SER
DANÇANTE

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	6
2.1. GERAL	6
2.2. ESPECÍFICOS	6
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
3.1. CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA.....	6
3.2. DANÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	9
3.3. VIVÊNCIAS E SUA RELAÇÃO COM A DANÇA	11
4. METODOLOGIA	12
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
7. REFERENCIAS	20
8. CRONOGRAMA	22

1. INTRODUÇÃO

A dança para cadeirantes pode ser inclusiva (artística) ou esportiva: é inclusiva quando o trabalho inclui pessoas com deficiência, dando ênfase em todo o processo artístico, levando em consideração a possibilidade de mudança da imagem social até a inclusão social. Dentro da dança inclusiva uma de suas vertentes é a dança esportiva, definida como uma atividade física relacionada à música, englobando um usuário de cadeira de rodas (deficiente físico) com um parceiro em pé (sem deficiência), auxiliar bailarino (OLIVEIRA et al, 2011).

Segundo Braga et al (2002) a dança inclusiva teve seu início na Suécia, Alemanha e na Grã-Bretanha ao término da década de 1960, e se estabeleceu em outros países por volta da década de 1970.

No Brasil a dança em cadeira de rodas iniciou a partir de 1990, sendo desenvolvida por grupos independentes vinculados às Universidades, Associação de Deficientes, Prefeituras Municipais, de Reabilitações e algumas Escolas de Dança (FERREIRA e FERREIRA, 2004) Como atividade física, a dança pode trazer muitos benefícios para as pessoas com deficiência, melhorando as capacidades físicas e psicológicas, contribuindo assim para o resgate da autoestima e autoimagem, promovendo a melhora do relacionamento da pessoa consigo mesmo, com as outras pessoas e com o mundo (ANTUNES, 2006).

Braga et al (2002) também aponta alguns benefícios da dança esportiva para pessoas com deficiência física tal qual a expressão de sentimentos; interação do indivíduo consigo mesmo e com os outros, propiciando a inclusão social; manutenção e melhora da qualidade de vida; melhora das qualidades físicas como esquema corporal, equilíbrio, ritmo, coordenação motora, organização espacial e flexibilidade; além do autoconhecimento.

Nesse contexto a dança pode proporcionar diferentes vivências, transcendendo os movimentos praticados nas aulas, podendo ganhar diferentes significados para quem dança. Pois de acordo com Gaio (2006) a dança possibilita de movimentos livres, que nascem pela vontade de se comunicar por meio dos gestos, das expressões que emanam dos sentimentos, dos valores gerados pelo cotidiano, pelas dificuldades e pelos prazeres de viver, remete-nos ao encontro com a outra e com os outros e, mais do que uma simples coreografia, ela constrói realidade social, cultural, política, enfim, aborda uma temática que pode ser uma linguagem voltada a transformações da própria existência dos seres humanos, por isso é subjetivo.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Desvelar as vivências de usuários de cadeira de rodas como ser dançante no projeto dança esportiva para pessoas com deficiência.

2.2. ESPECÍFICOS

- Levantar informações dos participantes do DEPD acerca da satisfação com o projeto, resultados obtidos por eles, benefícios do projeto em si.
- Colher informações dos participantes do DEPD sobre alguns aspectos do projeto tais como quanto tempo participação, distância, o transporte utilizado, como soube do projeto, porque participa.
- Estabelecer informações a partir dos participantes do DEPD em relação ao apoio social recebido de familiares e amigos para participação no projeto.
- Contextualizar a história de ser dançante de usuários de cadeira de rodas no projeto DEPD

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA

Na declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975 o termo “pessoa deficiente” referia-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de um vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais.

Conforme Sasaki (1997) o termo “portador de deficiência” não contempla o real significado, uma vez que, o verbo “portar” remete a algo transitório e ao falarmos sobre “pessoas com deficiência” o indivíduo “têm” a patologia e/ou sequela e está consigo. Para Cidade e Freitas (1997), pessoas com deficiência são seres que possuem potencialidades, limitações e diferenças que os constituem como um ser ímpar.

Nos primórdios da humanidade é difícil com exatidão estabelecer como viviam as pessoas com deficiência, porém sabe-se que a tolerância era limitada, as pessoas que nasciam com alguma desordem anatômica eram considerados seres inferiores e o abandono era a prática mais comum, sempre colocados como seres defeituosos, não merecedores da vida, e a morte seria a solução para acabar com seus sofrimentos.

Segundo Cidade e Freitas (1997) na Grécia e em Roma (500 a.c e 400 a. c), a

preocupação com a capacidade física dos soldados baseava-se na necessidade de proteção do Estado e de inimigos externos. Dessa forma, o estado de guerra constante, fez com que esses povos construíssem a imagem de corpos fortes para o combate. Apenas as amputações decorrentes das guerras eram consideradas e os homens honrados como heróis.

Segundo Silva (1986, p.124) apud Rosseto et al (2006) o extermínio de crianças que nasciam com alguma deficiência era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume. Platão afirmou: “(...) no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer(...) quanto às crianças doentes e às que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto”.

De acordo com Depauw e Gavron (1995) apud Cidade e Freitas (2002) no início do cristianismo (400-1500 d.c), a tolerância às pessoas com deficiências tornaram-se mais vulneráveis, uma vez que a religião não permitia a morte destes. Os indivíduos com deficiência passaram então a ser “guardados” em casas, vales, porões e, sob a proteção dos mosteiros.

Nesse período, ainda persistia a ideia de possessão demoníaca, que terminava em longas sessões de exorcismo, atribuíam a condição de ser deficiente a esses maus espíritos, como sendo uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos, indicando certo grau de impureza. Justificando assim, o fato de serem apenas tolerados pela sociedade, o que reforçava a prática da marginalização (PACHECO e ALVES,2007).

Na idade média, alguns asilos e hospitais foram criados, mas não havia vagas suficientes para atender a todos, então aqueles que restavam acabavam perambulando pelas ruas ou eram adotados por famílias sendo usados como amuletos, pois representavam sorte.

No século XIX, profissionais como Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Froebel entre outros, apresentaram maior interesse em estudar a deficiência como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito (PACHECO e ALVES, 2007).

Com a chegada da Revolução Industrial, o capitalismo impôs uma nova mentalidade para a sociedade, onde o lucro e a eficiência, de acordo com Rosseto et al (2006) a pessoa com deficiência era vista como uma ferramenta defeituosa que não tinha condições de satisfazer as necessidades do comprador, que por sua vez a única mercadoria que tinha para vender era sua mão-de-obra.

Jasma e French (1994) apud Cidade e Freitas (2002) evidenciam que o tratamento das pessoas deficientes, no século XVIII, foi influenciado pela transição das formas de pensar, passando da superstição e hostilidade para compaixão e pena. Inicia-se então o interesse em

educar e reabilitar esses indivíduos, surgindo, às primeiras instituições como hospitais e escolas para cegos e surdos.

No século XX houve grandes marcos como no ano de 1983, em que as Nações Unidas decretaram a “Década das Pessoas Portadoras de Deficiência”, foi então que criou-se o documento, intitulado “Programa de Ações Mundiais para as Pessoas Portadoras de Deficiência” que, em seu parágrafo 27, diz:

Das pessoas com deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes sociais baseadas em fatores diferentes, que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Deveríamos ver a deficiência pela bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, mas não pelas pessoas. É necessário centrar-se sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações (BRASIL, 1992, p.9).

Considerado documentos importantes no que se refere à garantia dos direitos da pessoa com deficiência, destacam-se a Lei nº 7.853 e o Decreto nº3. 298/995, em vigor desde 1989, onde cabe ao poder público “Assegurar às pessoas portadoras de” deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das Leis, propiciem seu bem- estar pessoal, social, econômico (BRASIL, 1999).

A deficiência é marcada pela perda de uma das funções do ser humano, seja ela física, psicológica ou sensorial. O indivíduo pode, assim, ter uma deficiência, mas isso não significa necessariamente que ele seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos.

Segundo consta na Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, o conceito demandado pelo decreto nº. 3.298/99 considera que “Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura e/ou função psicológica, fisiológica, ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2008).

Para a deficiência física, o mesmo documento define como “Uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

3.2 DANÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Dançar é uma atividade lúdica que fornece ao indivíduo o restabelecimento físico-emocional, construindo simultaneamente melhora do suporte psicológico e social, pelo sentimento de bem-estar, redução da ansiedade, da depressão, e do comportamento agressivo (BARBANTI, 1990 apud RAMOS e NORONHA 2006).

Segundo Gaio (2006) dançar existe como uma expressão própria do ser humano. É possível observarmos como essa manifestação cultural transformou ao longo dos tempos em seus diversos aspectos, em suas relações com o divino, com a natureza, com a sociedade e com o próprio corpo, estabelecendo uma comunicação dinâmica e significativa entre corpo e movimento, criando um universo de significados e significantes.

A dança inclusiva é um trabalho que inclui pessoas com deficiência na qual a ênfase está no processo do resultado artístico, mas sem desprezar os focos terapêuticos e educacionais, levando em consideração a possibilidade de mudança da imagem social e inclusão social dessas pessoas, pela arte de dançar (BRAGA et al, 2002).

A dança em cadeira de rodas é uma modalidade de dança inclusiva que teve início no Brasil, a partir de 1990, sendo desenvolvida por grupos independentes vinculados às Universidades, Associação de Deficientes, Prefeituras Municipais, de Reabilitações e algumas Escolas de Dança (FERREIRA; FERREIRA, 2004).

É possível afirmar que não existem barreiras na dança, pois caso uma pessoa não movimente seus membros inferiores poderá movimentar os membros superiores e caso não movimente ambos ela movimentará “[...] os olhos, e, por meio dos olhos, é possível dançar” (BRAGA et al., 2002, p.157).

Segundo Gaspari (2005), é considerada uma das formas mais antigas de manifestação da expressão corporal. Ela nos acompanha desde os primórdios e esteve presente nos primitivos processos de comunicação da humanidade. Neste aspecto, é possível lembrar, por exemplo, das danças rituais realizadas nas tribos em homenagem aos seus deuses ou em momentos específicos, como nos cerimoniais de iniciação e passagem. Desde a consolidação da história o homem dança. O homem dançava desde o momento em que desenvolveu, rudimentarmente, as habilidades que, a despeito do passar do tempo e da conseqüente evolução de sua espécie, hoje lhe caracterizam. Nas cavernas, deixou inúmeros registros retratando sua vida, em diferentes períodos da antiguidade, gerando farto material de estudo para pesquisadores das pinturas encontradas em paredes e tetos de cavernas.

Segundo Verderi (2009, p.25) enfoca que o homem primitivo dançava por inúmeros significados: caça, colheita, alegria, tristeza, exorcizar um demônio, casamento, homenagem aos deuses, a natureza etc. O homem dançava por tudo o que o que tinha um significado, sempre em forma de um ritual. Podemos dizer que a dança é a arte mais antiga que o homem experimentou e a primeira arte a vivenciar com o nascimento. E como tal, o homem e a dança evoluíram juntos nos movimentos, nas emoções, nas formas de expressão e na arte de transformar os seres deste mundo. Independente da época, em qualquer lugar do mundo a dança teve para as pessoas o papel de representar o modo como estavam se sentindo, trazendo consigo a expressão de suas características culturais.

Nani (1995, p.05) aponta que o ser humano utilizou a dança como linguagem corporal, simbolizando alegrias, tristezas, vida e morte, para celebrar o amor, a paz, a guerra, ela representou diversos aspectos da vida humana.

Transmutando-se ao longo dos séculos, assim como o homem, a dança incorporou aspectos que passaram a ser considerados, e compreendidos, como integrantes de sua suposta natureza. Expressando intensas ou superficiais emoções sem o auxílio da palavra, ela instigou o corpo a usar sua própria linguagem, já que a palavra, muitas vezes, revelou-se e tem se revelado ainda insuficiente para determinadas descrições.

Mendes (2006), toma a dança como arte expressiva: Ela vale pelo que é, pelo prazer em quem a executa ou a assiste, desde que realizada dentro do espírito que lhe é específico. E quando, através dos tempos, o seu desenvolvimento a foi tornando altamente complexa, passou a ser executada também por pessoas ou grupos organizados, com estudos específicos em palcos ou em outros espaços adequados, sendo então, conhecida como balé, atividade que começou a delinear-se na Renascença, união da dança, música, artes plásticas e declamação.

Segundo a autora, a dança emerge do meio do povo na Idade Média e, na Renascença, em paralelo às grandes mudanças que ocorrem nas artes plásticas e na música, também desenvolveu-se em muitos aspectos. Com o passar dos séculos, várias personalidades dançantes (grandes dançarinos ou grandes mestres conceituais) permitiram à dança, hoje, ter múltiplas identidades. Nomes como George Balanchine (dança abstrata e como um enredo em si mesma); Ruth Saint Denis (que ensinava tudo o que era relativo ao palco e à apresentação e foi professora de Martha Graham e Doris Humphrey, destaques da dança moderna); Pina Bausch (transformadora da dança alemã, relacionando suas coreografias à veracidade e à realidade, criando o conceito de dança-teatro) destacaram-se a este respeito.

A dança evoluiu, geração após geração, acompanhando o desenvolvimento da

humanidade e da sociedade. Com isso, inúmeros estilos e modalidades foram criados; performances aprimoradíssimas receberam muitos aplausos. Ela saiu dos teatros, dos palcos e voltou às ruas, à vida das pessoas, conquistando espaço cativo em seus corações. Talvez por tais motivos, atualmente, os concursos e festivais de dança atraíam os olhares de tantos, chegando inclusive à tela da televisão como um verdadeiro espetáculo.

A dança é um instrumento extraordinário, quer como educação, quer como arte, capaz de tornar possível, e real, a vivência plena do homem com o seu corpo. A prática pedagógica da dança instiga a ação e a reflexão do aluno sobre si, sobre a realidade em que vive, permitindo-lhe despertar para o universo do movimento.

Na área da saúde, a dança pode ajudar em várias situações, tanto na parte física quanto na emocional. Dentro dos seus benefícios estão o controle do peso, o aumento da força muscular, o fortalecimento do tecido cognitivo e da flexibilidade, a diminuição da pressão arterial e dos batimentos cardíacos, o aumento da ventilação pulmonar, a diminuição do estresse e da ansiedade, a melhora da tensão muscular e da insônia, além da coordenação motora e do ritmo. A dança pode adquirir diferentes objetivos. Para a dança desenvolvida no ambiente escolar, a partir da sistematização dos conteúdos que podem ser desenvolvidos ao longo de um ano letivo, é possível pensar em determinados trabalhos a serem realizados.

3.3 VIVÊNCIAS E SUA RELAÇÃO COM A DANÇA

O termo vivência se refere a uma experiência de vida que deixa marcas em uma pessoa de maneira duradoura. As vivências podem ser das mais variadas e dos campos mais diversos, mas se caracterizam através da aprendizagem que deixam de maneira profunda. Na verdade, sua importância em muitas correntes da psicologia se baseia no fato de realizar uma análise destas experiências para determinar algumas razões do comportamento atual de uma determinada pessoa. Quando se consegue uma terapia satisfatória, a pessoa costuma reelaborar estas situações de tal forma que sejam positivas e lhes ajudem em suas situações cotidianas em vez de ser um obstáculo para um desenvolvimento posterior.

O ser humano por ser capaz de aprender sempre, ao receber uma informação do mundo, reflete e repensa a respeito. Algumas destas aprendizagens são realizadas de forma supérflua e de outras mais profundas. Assim, por exemplo, a aprendizagem obtida em uma leitura tem menos impacto que uma conquista numa situação traumática. Na mesma ordem, um conjunto de experiências prazerosas deixa uma marca maior do que uma simples explicação... que alguém ainda tenha que vivenciar algo significa não apenas que

esse alguém estará ligado à vida de forma imediata, mas também que a vivência deve ter uma tal significabilidade, a ponto de conferir importância decisiva ao caráter global da vida daquele que vivencia (GADAMER, 1990 apud VIESENTEINER, 2013).

Estas circunstâncias se devem principalmente pelo fato de uma vivência envolver, além do plano lógico e racional, um plano mais emotivo e primitivo do homem. Toda vivência é sempre “minha” vivência exclusivamente individual, e isso significa “não apenas que *eu* sinto, mas também que eu incondicionalmente *sinto*”. (VISSER, 2005 apud VIESENTEINER, 2013)

Segundo Nietzsche (1980) apud Viesenteiner (2013) a riqueza das relações cresce continuamente e tudo o que vemos e vivenciamos se torna profundamente significativo, ou seja, a intensidade de cada vivência tem seu valor diferenciado, de forma que cada pessoa assimila e guarda suas vivências de forma positiva ou negativa.

Se observarmos nosso dia a dia, poderemos perceber que esta valorização das vivências como aprendizagem está fortemente presente em muitas situações. Na verdade, no mercado de trabalho, a experiência em um determinado ramo ou área é tão valorizada ou mais do que uma simples aprendizagem formal em um estabelecimento educativo. Este fato se baseia pelo fato de que a aprendizagem obtida através da experiência garante um melhor desempenho nas tarefas a cumprir, a vivência de algo não pode ter seu conteúdo construído racionalmente, mas antes deve ser experimentado, ou melhor, sentido na pele.

4. METODOLOGIA

O estudo foi realizado com participantes cadeirantes do projeto de extensão Dança esportiva para pessoas com deficiência – DEPD, da Faculdade de educação física e fisioterapia, esse projeto teve início em 2014 oferecendo dança para pessoas com deficiência dividida em três grupos: deficiência intelectual, deficiência visual e deficiência física/cadeirantes que tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento das potencialidades motoras e expressivas de pessoas com deficiência através da prática da dança, possibilitando a compreensão da estrutura e do funcionamento corporal, o autoconhecimento, a autoestima, a socialização, além das experiências e vivências como ser dançante. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética de seres humanos da Universidade Federal do Amazonas, sob o nº. CAAE 44563015.0.0000.5020.

Os sujeitos da pesquisa foram 08 alunos participantes do projeto Dança esportiva para

peças com deficiência – DEPD, caracterizando uma pesquisa censitária, com idade entre 10 e 44 anos, sendo de maior prevalência o gênero masculino. Os critérios de inclusão foram: Sujeitos com deficiência física participantes do DEPD com idade igual ou maior que 10 anos, que aceitem participar da pesquisa. Para critérios de exclusão será utilizado: Desistir de participar da pesquisa

A pesquisa tem cunho qualitativo, através de perguntas direcionadas em relação às vivências como ser dançante a partir das aulas de dança com cadeira de rodas.

Este estudo é caracterizado como um estudo de campo, por buscar informações e atitudes dos cadeirantes participantes do projeto dança esportiva para pessoas com deficiência - DEPD em relação às suas vivências em dançar, de natureza descritiva que segundo GIL (2006) visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer as relações entre variáveis.

Teve uma abordagem qualitativa, em que à mesma descreveu significados que são socialmente construídos, e por isso é definida como subjetiva. Segundo Tanaka e Melo (2001) a pesquisa qualitativa tem características não estruturadas, é rica em contexto e enfatiza as interações.

A pesquisa qualitativa possibilita a visão do todo, analisando as várias questões do contexto pesquisado. Este método não se fecha em si; ao contrário, ele só é efetivo porque analisa todas as situações do meio pesquisado, considerando os momentos pessoais e em grupo, a estrutura dos movimentos, a influência no contexto estudado, etc.

O método de investigação foi a história oral, que segundo Triviños (1987) apud Saroa (2005) “ao mesmo tempo em que permite a intervenção do investigador, oferece subsídios para uma participação livre e espontânea do entrevistado”. De acordo com Saroa (2005) a história oral é uma técnica muito usada em pesquisas sociais, permite coletar dados ainda não registrados em documentos escritos, buscando junto à pessoa entrevistada, fatos relevantes sobre o tema em pauta. A história oral busca as memórias e recordações de gente viva sobre seu passado, colhida por meio de entrevistas.

Coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada através da entrevista que é um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. É um processo utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 178).

Existem vários tipos de entrevistas que varia de acordo com o objetivo do entrevistador. Optamos pela entrevista semiestruturada por ser mais usual no trabalho de campo, onde também se cria uma relação de interação, havendo uma reciprocidade entre quem pergunta e quem responde.

As entrevistas foram realizadas em uma sala reservada do próprio projeto de dança em que estavam presentes pesquisador e participante a fim de deixar o entrevistado (participante) mais a vontade para responder as perguntas. As entrevistas foram gravadas e transcritas, conservando-se as expressões de linguagem utilizadas pelos entrevistados. Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo descrita por Bardin (1995). Esta possui múltiplas técnicas e tem como finalidade à inferência de conhecimentos relativos a conteúdos diversificados.

Através da técnica de análise de conteúdo foram extraídos os indicadores das vivências, como ser dançante, dos cadeirantes. Os dados brutos serão ordenados e agregados em unidades, procurando o que cada um deles possui em comum. Este é um processo de codificação o qual permite a descrição exata das peculiaridades relacionadas ao conteúdo.

De acordo com Bardin (1995) a análise de conteúdo se organiza em torno de três pólos cronológicos:

- 1 Pré-análise;
- 2 A exploração do material;
- 3 O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização e equivale ao período de intuições. Nesta fase as ideias iniciais são operacionadas e sistematizadas para conduzi-la a um esquema preciso do desenvolvimento das próximas operações num plano de análise.

A fase de exploração do material consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. E na fase do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os dados são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Este é um processo de codificação o qual permite a descrição exata das peculiaridades relacionadas ao conteúdo. Em função do tipo de análise proposta, todas as categorias referentes a um tema são apresentadas, não havendo preocupação em quantificação.

Etapas da coleta

1. Contato com os sujeitos de pesquisa – Após aprovação o convite aconteceu durante os encontros no projeto DEPD, as pesquisadoras realizaram o convite pessoalmente e

na oportunidade explicaram os objetivos da pesquisa por meio da leitura do termo de consentimento e livre esclarecimento - TCLE. Aqueles que aceitaram participar assinaram o TCLE.

2. Entrevista - Após o aceite para participar da pesquisa, foi marcado as datas para a coleta de dados, por meio de entrevista, que aconteceu individualmente em uma sala do projeto, em que estavam presentes apenas o sujeito da pesquisa e o pesquisador. No qual responderam as seguintes perguntas:

- a) Conte como foi sua história com a dança, desde quando soube do projeto DEPD, o que pensava sobre dançar e sua trajetória no projeto.
- b) Qual sua opinião em relação a pessoas usuárias de cadeiras de rodas dançar.

3. Análise dos dados – a entrevista será gravada e transcrita para ser analisada por meio da análise de conteúdo segundo Bardin (1995).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebemos a partir da análise dos dados que muitos dos participantes não conheciam a modalidade de dança em cadeira de rodas ou se conheciam nunca tiveram a oportunidade de praticar (sujeitos 1,2,3,8), talvez por isso muitos acreditavam que era impossível um cadeirante dançar (sujeitos 3, 4, 6), como mostra a tabela 1.

Esse resultado na nossa sociedade já se era esperado uma vez que para a pessoa com deficiência, mais especificamente a deficiência física, dançar é uma atividade irrealizável, uma vez que a deficiência sempre foi vista como sinônimo de limitação ou improdutividade. Segundo Ferreira e Ferreira (2004) a cadeira de rodas dentro do processo cultural é considerada na sociedade um elemento constrangedor e subjacente.

Neste contexto, de acordo com Braga et al (2002), por muito tempo as pessoas com deficiência física foram confinadas a fazer parte de uma camada excluída da sociedade devido as barreiras arquitetônicas encontradas, basicamente em todos os lugares, e a valorização das limitações, o que contribuiu para o isolamento dessa população no contexto social

Apesar do avanço da medicina, de acordo com Pacheco e Alves (2007), que favoreceu uma leitura organicista da deficiência o preconceito, embora muitas vezes apareça com outra configuração, ainda ocorre nos tempos atuais. Segundo Antunes (2006) na perspectiva das diferenças, muitas pessoas são excluídas pela sociedade por não apresentarem padrões estéticos ideais. A sociedade, segundo Buscaglia (1997), define a deficiência como uma incapacidade, algo indesejado e com limitações para quem a apresenta, geralmente, maiores

do que as realmente existentes, já que é ela quem define os padrões de beleza e perfeição.

A deficiência muitas vezes isola a pessoa do mundo tanto no que diz respeito a sua participação, quanto à compreensão dos fatos. Segundo Pacheco e Alves (2007) o preconceito frente à pessoa com deficiência pode gerar sentimentos de baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, prejudicando a qualidade de vida destas pessoas.

Tabela 1: Trajetória dos cadeirantes como ser dançante

PERGUNTA 1: Conte como foi sua história com a dança, desde quando soube do projeto DEPD e o que pensava sobre dançar e sua trajetória?	Sujeitos
Antes do projeto não conhecia ou não tinha experiência com dança em cadeira de rodas	1, 2, 3, 8
Acreditava que a dança não era uma atividade em que o cadeirante conseguiria participar, muitos jamais se imaginaram dançando	3, 4, 6
Participou do projeto porque sentia vontade de dançar, por interesse em praticar alguma atividade física ou por curiosidade	1, 5, 7
Participou por insistência de amigos ou familiares	6, 8
Destaca a dança como muito importante e uma experiência única e agradável, dentre os benefícios estão manuseio e agilidade na cadeira, aprendizado da dança em si e de diferentes ritmos, construção de novas amizades, melhora da timidez, aceitação do corpo, além da experiência de se apresentar em público	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8

Apesar disso muitos sentiam vontade de dançar, seja por curiosidade ou por vontade de praticar diferentes tipos de atividade visando a qualidade de vida (sujeitos 1, 5, 7), como destacado na tabela 1, e viram no projeto DEPD uma oportunidade para isso.

Dentre os benefícios da dança podemos destacar o desenvolvimento, a reabilitação e/ou a reeducação do gesto motor; melhora a postura, a coordenação, o ritmo, a movimentação articular e o corpo como um todo; proporciona melhora na autoconfiança e na imagem corporal; e aprimora a comunicação, a cooperação e a inter-relação pessoal, promovendo a qualidade de vida (CASTRO, 2005 apud ROSSI e MUNSTER, 2013).

Tolocka (2006) diz que a dança é uma atividade motora que pode proporcionar ricas experiências e auxiliar no desenvolvimento humano. Logo, o processo de ensino e aprendizagem na dança deve levar em consideração as diferenças existentes entre as pessoas.

A pessoa com deficiência geralmente não tem possibilidade de participação em atividades rítmicas, pois nem todas as escolas ou profissionais da área aceitam trabalhar ou sentem-se capazes de ensinar essa clientela, uma vez que na sociedade há uma valorização das limitações do deficiente, esquecendo suas reais potencialidades. Por isso que a participação no projeto DEPD pode ser considerado muito importante para os cadeirantes.

Apesar de alguns começarem a praticar por insistência de terceiros como amigos e

parentes (sujeitos 6 e 8) a maioria dos entrevistados destacou a dança muito importante e uma experiência única e agradável, destacando os benefícios como: manuseio da cadeira, o aprendizado da dança em si e de diferentes ritmos, construção de novas amizades, melhora na timidez, aceitação do corpo além da experiência de se apresentar em público (sujeitos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8).

Em relação a essa categorização de respostas podemos destacar a importância da vivência na dança pelos entrevistados, já que se assimila o que se sentiu, a dança como objeto de intervenção mostra que não é apenas a questão de aprender passos, coreografias, vai muito além disso. A forma como cada um aprende, também reflete em outras esferas e dimensões do corpo do sujeito, ou seja, a dança utiliza muito os movimentos de rotação, agilidade e destreza, e isso reflete no deficiente físico a sua melhora no manuseio de sua cadeira, facilitando na sua locomoção diária, na sua postura.

Segundo Bernabé (2001), a dança para cadeirantes tem como objetivo possibilitar que os novos usuários de cadeira de rodas desenvolvessem o seu próprio conceito do novo significado de locomoção em suas vidas.

Em relação a timidez e o enfrentar o público, na dança não tem espaço para isso pois a dança é uma atividade exibicionista, se aprende um ritmo, cria-se uma coreografia e então têm que exteriorizar tudo que foi vivenciado durante esse processo de aprendizado. Os sujeitos entrevistados relataram essa vivência pois eles nunca tinham se imaginado enfrentando um público que não estivessem olhando para eles não por causa da deficiência e sim pela sua arte. A arte/dança segundo Tolocka; Verlengia (2006) assume um caráter plural onde se procura dançar possibilidades de interações corporais e sociais, além de ser utilizada como forma de lazer, educação de movimento, terapia e arte.

Segundo Luiz e Araújo (2003) a linguagem corporal pela dança tem potencial para registrar o real, o simbólico e o imaginário, interligando os objetivos que articulam o corpo simbólico ao corpo imaginário por meio do corpo real. E ainda segundo o autor o desenvolvimento dessa linguagem corporal permitirá a manifestação da personalidade da pessoa com deficiência e também um conhecimento mais completo de si mesmo, para fora e para dentro.

Na tabela 2 destacamos a opinião dos sujeitos em relação a pessoa usuária de cadeira de rodas dançar, um sujeito (6) afirmou que não achava legal até o mesmo começar a dançar. Essa afirmativa é comum quando não conhecemos sobre algo, muitas vezes temos preconceito daquilo que a princípio é desconhecido.

Em se tratando de pessoas com deficiência, usuárias de cadeira de rodas, o receio de se envolver em atividades rítmicas pode ser maior, pois muitas nunca experimentaram participar de atividades envolvendo o ritmo, uma vez que na sociedade valoriza a deficiência e não a pessoa. De acordo com Braga et al (2002) o preconceito favorece a auto exclusão da pessoa com deficiência no contexto social, restringindo sua participação nas atividades consideradas comuns, como o simples fato de dançar.

Outro sujeito destacou que dançar é uma experiência diferente, mas também boa (sujeito 1) e que qualquer pessoa pode dançar inclusive os cadeirantes (sujeito 8), dois (sujeitos 1, 4) destacaram que apesar de ouvirem dizer que não é fácil, com a participação no projeto viram que com a prática é uma prática possível. Além disso segundo os sujeitos a dança proporciona novas habilidades além daquelas usadas diariamente, por isso é importante saber manusear a cadeira de rodas.

Tabela 2: opinião sobre os cadeirantes como ser dançante

PERGUNTA 2: Qual sua opinião sobre a pessoa usuária de cadeira de rodas em dançar?	Sujeitos
Não achava legal até começar a dançar	6
É uma experiência diferente, mas muito boa	1
Qualquer pessoa pode dançar, inclusive cadeirantes	8
A dança em cadeira proporciona novas habilidades além daquelas usadas diariamente, por isso é importante saber manusear a cadeira para não fazer de qualquer jeito	2, 8
Dizem que não é fácil, mas com ensaio é possível	1, 4
É importante porque a sociedade em geral pode perceber que os cadeirantes podem dançar como qualquer outra pessoa, além disso ajuda na melhora da auto estima, na aceitação e a perceber suas potencialidades, além de melhorar o condicionamento físico	1, 3, 4, 5, 7

Nessa perspectiva percebemos que para realizar um trabalho em dança para pessoas com deficiência física, usuárias de cadeira de rodas, é necessário levar em consideração as possibilidades de movimentação com a cadeira, sendo esta movimentação dentro de um ritmo. A cadeira de rodas nesse sentido transforma-se em um elemento da dança.

Quando se pensa em dança para a pessoa com deficiência física, incorporando um elemento considerado objeto de significado na gestualidade do movimento, que é a cadeira de rodas, ela traz consigo as marcas da história, que é vista de forma negativa (FERREIRA e FERREIRA, 2004). Por isso que muitos acreditam ser uma prática impossível.

No entanto, de acordo com Ferreira (2002) um dos objetivos da dança em cadeira de rodas é melhorar a habilidade de movimentar a cadeira de rodas no ritmo da música. Assim,

segundo Ferreira (2001), as atividades rítmicas, aplicadas durante as aulas visam desenvolver a atenção, a sensibilidade e o movimento espontâneo.

Em se tratando de técnica de dança, de acordo com Ferreira e Ferreira (2004), as diversas danças foram utilizadas em função de ampliar o conhecimento acerca da linguagem do movimento, e de servir de instrumento facilitador para a descoberta de habilidades motoras específicas. Dessa forma a aquisição das habilidades específicas da dança não foi imposta por uma determinada técnica, mas foi adquirida por um método em que o dançarino pode determinar o seu processo de descoberta do conhecimento corporal.

Na dança-arte não existe classificação e os dançarinos criam suas performances de acordo com suas possibilidades. Segundo Ferreira (2001) na dança artística os princípios da dança moderna são enfatizados, sendo que o trabalho com elementos Forma, Espaço, Ritmo e movimento são considerados fundamentais.

Além disso de acordo com Mauerberg-castro (2005), os benefícios que a dança pode proporcionar às pessoas com deficiência envolvem aspectos motores, intelectuais, psicológicos e sociais, pois facilita o desenvolvimento, a reabilitação do gesto motor; relaciona e desenvolve os aspectos motores, melhorando a postura, a coordenação, o ritmo, a movimentação articular e o corpo como um todo; proporciona melhora na autoconfiança e na imagem corporal; e aprimora a comunicação, a cooperação e a inter-relação pessoal, promovendo a qualidade de vida.

Sabemos que a dança é a linguagem universal do corpo, inclusive do corpo deficiente. Através dela as pessoas podem expressar sentimentos, e transpor barreiras. A dança em cadeira de rodas é uma prática esportiva que tem se tornado um componente do processo de reabilitação, podendo trazer vários benefícios para seus praticantes, tais como: Físicos (postura, equilíbrio e tônus muscular) e psicológicos (a melhora da imagem corporal e da autoestima). De acordo com Tavares (2003) as atividades artísticas, vivências corporais individuais ou em grupo, esportes, ginástica e práticas sistemáticas de atividade física, entre outras, ampliam as possibilidades de novas percepções e movimentos, novas alternativas para optar em cada circunstância da vida, implicando no dinamismo do processo de desenvolvimento da imagem corporal.

6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo conclui-se que as vivências dos sujeitos cadeirantes dançantes, tiveram saldo positivo, pois a forma como cada um expressou sua trajetória na dança, e o que eles achavam em relação ao deficiente físico dançar, isso mostrou que a preocupação dos

sujeitos se concentraram muito mais na questão da sociedade os vêem como pessoas normais, que são capazes de dançar e exteriorizar a dança em movimentos através de duas rodas.

A questão da postura significava para eles uma forma de comportamento perante a sociedade, e se observamos bem era através da sua performance que a sociedade os observava de igual para igual. Desta forma, o processo de ensino da dança foi desenvolvido para proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento de outras habilidades e da valorização do “eu” de cada sujeito. Espera-se que esse estudo leve a outras concepções, novas idéias, discussões e sobretudo do aprofundamento sobre a vivência como ser dançante, buscando uma maior autonomia profissional e valorizando acima de tudo o sentimento de satisfação em relação as experiências vividas pelos sujeitos envolvidos nessa pesquisa.

7. REFERENCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BERNABÉ, R. **Dança e deficiência: proposta de ensino**. Dissertação (mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas “UNICAMP”, Campinas, 2001.

BRAGA, M. D. et al. Benefícios da dança esporte para pessoas com deficiência física. **Revista Neurociência**, v.10, n. 3, p.153-157, 2002

BRASIL. MAS/CORDE. **Mídia e deficiência**: manual de estilo. Brasília: CORDE, 1992.

BRASIL, **Decreto Lei nº 3.298, de 21 de dezembro de 1999**. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: PNSPPD, 2008.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**: Um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

CIDADE, R.E., FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. Brasília: **Revista integração**. Edição especial, p: 26-30, 2002

FERREIRA, E. L. Proposta metodológica para o desenvolvimento da dança em cadeira de rodas. **Revista Conexões**, v. 6, p. 38-48, 2001.

FERREIRA, E. L. **Dança em cadeira de rodas**: os sentidos dos movimentos na dança como linguagem não-verbal. Curitiba: ABRADecAR, 2002.

FERREIRA, E. L.; FERREIRA, M. B. A possibilidade do movimento corporal na dança em cadeira de rodas. **R. bras. Ci. e Mov.** Brasília v. 12 n. 4 p. 13-17, 2004.

GAIO, R. **Dança, diversidade e inclusão social**: sem limites para dançar. Campinas: Papirus, 2006.

GASPARI, Telma C. Educação Física Escolar e Dança: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUIZ, T. R. B.; ARAÚJO, P. F. Avaliação de um programa de atividade rítmica adaptada para variação dos parâmetros de velocidade do ritmo para pessoas surdas. **R. bras. Ci. e Mov. Brasília** v. 11 n. 3 p. 27-32, 2003.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmed, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamento de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-559, 2006

NANNI, Dionísia. **Dança Educação – Princípios, Métodos e Técnicas**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

OLIVEIRA, G. A. S. et al. **Dança em cadeira de rodas**. In: 9º Simpósio de Ensino de Graduação UNIMEP, Piracicaba. Anais do 9º Simpósio de Ensino de Graduação: Ambiente e sustentabilidade (Anais), 2011.

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiatra**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

ROSSETO, Elisabeth et al. Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Revista da Educação**, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

SARÔA, G. **A História da Ginástica Rítmica em Campinas**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2005.

TAVARES, M. C. G. C. F. **Imagem corporal: conceito e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2003.

TOLOCKA, R. E; VERLENGIA, R. (orgs). **Dança e Diversidade Humana**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

VERDERI, Érica. **Dança na Escola – uma Proposta Pedagógica**. São Paulo: Phorte Editora, 2009.

